

As coisas boas que estão acontecendo

O nervosismo que tomou conta de Brasília é positivo. Coisas boas estão finalmente acontecendo. PC Farias vem aí, deportado da Indonésia, direto para uma cadeia em Brasília, depois de uma fuga espetacular de cinco meses.

Seu sócio Fernando Collor de Mello, deposto há um ano da Presidência da República, será julgado na próxima segunda-feira pelo Supremo Tribunal Federal, que decidirá se os seus direitos políticos estão suspensos ou não. Mesmo se o STF restituir os direitos políticos do ex-presidente, ele estará automaticamente cassado e impedido de candidatar-se novamente se for condenado em seguida por corrupção.

Apareceu o corpo de Ana Elizabeth Lofrano, um ano depois do seu sumiço. O assassinato foi desvendado. Os criminosos estão presos. Foi confirmada a participação do marido dela, José Carlos Alves dos Santos, no crime. É um cadáver em câmara ardente na Comissão de Orçamento, onde o principal acusado de puxar o cordão de todas as safadezas orçamentárias já não tem mais partido: por absoluta e reconhecida falta de ética, o deputado João Alves foi expulso ontem do PPR.

Para completar o cenário, as visceras dos poderes da República continuam sendo expostas em toda a sua dimensão de podridão. Os 40 quilos de documentos apreendidos na casa de um diretor da construtora Odebrecht estão sendo encarados pela CPI do Orçamento como um detalhado e precioso mapa das relações promíscuas entre as empreiteiras, o poder público e o mundo político.

É tão extensa a rede de cumplicidades que, a esta altura, se tornou mais difícil para a CPI absolver os inocentes do que punir os culpados. Como já disse o senador Mário Covas, é preciso ter coragem agora para apontar os inocentes.

Não é tarefa complicada para os experientes parlamentares investigadores da CPI cruzar a lista de parlamentares acusados de serem colaboradores das empreiteiras com as emendas de obras apresentadas por eles na Comissão de Orçamento. Está tudo em computador. Em seguida, é só checar se houve a liberação dos recursos, com que rapidez eles saíram do cofre do Tesouro e se a obra acabou sendo realizada ou não.

Há nomes tidos como honrados e inatacáveis na lista de deputados encontrada nos documentos da Odebrecht. As agendas, os relatórios de reuniões e

encontros, as descrições de táticas de envolvimento de parlamentares não deixam claro, por exemplo, se os deputados e senadores que apresentam emendas orçamentárias de interesse das empreiteiras o fazem por iniciativa própria ou em conluio com as construtoras.

É preciso ter cautela no exame desses supostos envolvimentos. Em princípio, toda emenda relativa a obra é de interesse de empreiteira. Em geral, não se faz obra sem empreiteira. Por mais amplo que seja o lamaçal, convém saber fazer a distinção entre o interesse público legítima e honestamente defendido e a promiscuidade, a desonestidade escondida por trás dos mecanismos de ação legislativa.

Não se pode confundir, entretanto, este tipo de cautela, de prudência, de responsabilidade com a tentativa dos que começam a ficar desesperados de criar dificuldades para a apuração completa de todas as bandalheiras. É preocupante que ontem tenham sido proferidos pelo menos dez discursos da tribuna da Câmara contra a CPI do Orçamento.

O nervosismo aumentou com a leitura dos documentos da Odebrecht, mas boa dose dele decorre com toda certeza da notícia de que PC Farias está vindo aí. Com toda a modéstia de ex-seminarista, ele disse que é apenas um homem bem informado. No máximo, insinuou que examinará o momento oportuno para falar o que sabe.

Sua linha de defesa será a de que não usou dinheiro público, mas de empresários. E tentará concentrar todos os seus milhões de dólares na categoria gelatinosa dos recursos de campanha eleitoral. Em princípio, PC Farias não tem motivo de desespero para assumir a condição de réu confesso em crime de corrupção ou de formação de quadrilha. José Carlos Alves dos Santos assumiu ser corrupto porque tinha um crime hediondo a esconder, o assassinato da própria mulher.

A mulher de PC Farias, dona Elma, diz que ele é o maior arquivo vivo do país. Ele tem documentos. Os disquetes de computador apreendidos pela Polícia Federal nos inquéritos sobre o governo passado contêm todo o esquema de corrupção da quadrilha alagoana. Agora, é só fazer os cruzamentos desses dados com os da Comissão de Orçamento e com o que PC Farias ainda tem a revelar.

É tudo uma malha só. E tudo só vem à tona porque existe democracia hoje no Brasil.